

Sindicatos preocupados com posições das autarquias face aos CAD

O Centro Multimeios de Espinho acolheu, no dia 20 de Abril, o 2º Seminário de Segurança e Saúde no Trabalho. O evento foi organizado pela Direcção Regional de Aveiro do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, em parceria com a Câmara Municipal de Espinho e enquadrou-se nas comemorações do Dia Nacional da Segurança e Saúde no Trabalho, incidindo sobre temas como o stress, o assédio, o burnout, álcool, riscos psicossociais e igualdade de género.

À margem do encontro, Dependências entrevistou Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP, e António Augusto, Coordenador do STAL Aveiro.



**ARMÉNIO CARLOS,
SECRETÁRIO-GERAL
DA CGTP**

“Se queremos uma sociedade desenvolvida, temos que tomar medidas preventivas”

Ouvimos o presidente da Câmara Municipal de Espinho referir-se à asfixia que as autarquias enfrentam face à contratação e que originam o burnout dos funcionários... Este plano de estabilidade e de reformas do Governo foi uma oportunidade perdida para se alterar uma lei muito constrangedora para as autarquias?

Arménio Carlos (AC) – Acima de tudo, é necessário que, desde já, sejam tomadas medidas no sentido de se fazer o apuramento real dos meios humanos que, quer as autarquias, quer o Governo Central têm e as necessidades que as populações sentem para terem serviços públicos adequados. E essa é a primeira conclusão a que chegamos que, imediatamente, nos leva a dizer que não temos trabalhadores a mais. Eventualmente, poderá haver uma distribuição menos bem conseguida mas temos, isso sim, que valorizar o trabalho, os trabalhadores e melhorar as condições de trabalho. Porque o que hoje verificamos, na nossa sociedade, cada vez mais agitada, é que a saúde é o bem mais precioso do ser humano. E a saúde laboral é um instrumento fundamental porque um trabalhador tem uma família, portanto, a sua instabilidade psicológica mas igualmente a sua saúde laboral são fundamentais para dar segurança e estabilidade à sua família. E o que verificamos hoje é que existem alterações profundas nas relações de trabalho, com uma intensificação de ritmos muito fortes, com uma pressão muito grande sobre os trabalhadores, com uma situação de angústia permanente nos muitos que vivem numa situação de precaridade laboral, com uma pressão muito grande também nos trabalhadores mais velhos, muitas vezes confrontados com pressões para saírem da empresa ou que caem no desemprego e não encontram soluções para voltarem ao mercado de trabalho... Tudo isso nos leva a dizer que, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, que a competitividade deve sobrepor-se a todo e a todos, a economia deve ter como referência central as pessoas em todas as suas vertentes. As relações de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores são fundamentais. Quando se alterou a legislação do trabalho, elegeu-se como pressuposto o aumento da competitividade das empresas e isso não se verificou. O que se verificou foi um desequilíbrio nas relações de trabalho, com prejuízos evidentes para os trabalhadores aos mais diversos níveis, nomeadamente do ponto de vista da sua



própria saúde. Ora, se queremos uma sociedade desenvolvida, temos que tomar medidas preventivas, desde logo alterando o que está mal, melhorando as condições de trabalho – e aqui é necessário ter uma grande atenção em relação aos horários de trabalho – e valorizando os trabalhadores, que são o bem mais precioso que este país tem. Se isto for feito, então encontraremos o tal caminho da mudança, que se diz ser necessária fazer mas que é preciso concretizar.

Que medidas proporá a CGTP na concertação social ao nível da legislação laboral?

AC – De há muito tempo a esta parte, a primeira coisa que dissemos foi que não subscrevíamos o acordo de memorando da Troika por o mesmo estar indissociavelmente ligado à acentuação das desigualdades e ao aumento da pobreza laboral. Em segundo lugar, se se constata que aquilo que foi feito foi mal feito, então tem que se corrigir e, como tal, o que continuamos a defender é que um conjunto de normas gravosas da legislação laboral seja revogado. Em terceiro lugar, é necessário dar um novo estímulo à contratação colectiva, o que implica que os sindicatos e as associações patronais estejam ao mesmo nível e não como neste momento sucede, em que as associações patronais beneficiam de um instrumento chamado caducidade para imporem a destruição da contratação colectiva ou chantagearem os sindicatos para assinarem acordos com normas inferiores às que a lei geral estabelece como mínimo. Depois, temos a questão da qualidade do emprego. O combate ao desemprego e à precaridade é indissociável da estabilidade e da segurança no emprego. E a estabilidade das famílias tem uma ligação muito directa com a situação do trabalhador e da trabalhadora. Portanto, se as pessoas viverem angustiadas, terão certas e graves problemas de saúde, com todas as implicações do ponto de vista económico que resultam para a própria sociedade, nomeadamente em relação ao Serviço Nacional de Saúde. Por outro lado, pensamos que a questão da distribuição da riqueza é fundamental. Portugal é um dos países mais desiguais da União Europeia, o que implica que a riqueza seja distribuída de outra forma, que os salários dos trabalhadores melhorem, que haja outra atenção relativamente à situação dos desempregados, que fizemos os nossos jovens, a geração mais qualificada de todas e que não nos esqueçamos daqueles que trabalharam e ajudaram a construir este país, que são os idosos.

Os trabalhadores reconhecem na CGTP um grande motor na defesa dos seus interesses em frentes contra os salários, a precaridade e o desemprego mas, na verdade, pa-

recem ter vindo a alhear-se do seu papel fundamental da sindicalização... A que se deverá este fenómeno?

AC – Nós não temos uma visão assim tão catastrófica da situação. Claro que temos hoje uma situação mais difícil da que teríamos há 20 ou 30 anos atrás, que não está desligada da destruição de 500 mil postos de trabalho, que resultou do período da Troika nem do facto de termos mais de um milhão de trabalhadores com vínculos precários, havendo hoje muito medo de as pessoas dizerem à entidade patronal que pretendem descontar, por via dela, directamente para o sindicato... Mas devo dizer que, ainda recentemente no nosso relatório de actividades, relativo a 2016, constatámos que sindicalizámos mais de 25 mil trabalhadores em Portugal, a maioria mulheres e cerca de 15 por cento de jovens... Portanto, continua a haver aqui um espaço e, embora entendamos que devemos ir muito mais longe, consideramos que não existe neste momento um afastamento dos trabalhadores dos sindicatos. Quanto muito, haverá o medo das associações patronais de permitirem a entrada dos sindicatos nos locais de trabalho para que se faça então o verdadeiro diálogo social.



**ANTÓNIO AUGUSTO,
COORDENADOR
DO STAL AVEIRO**
“O consumo abusivo de álcool não se resolve pela mera imposição de regulamentos”

Que avaliação faz da realização deste 2º Seminário de Segurança e Saúde no Trabalho?

António Augusto (AA) – Este seminário vem na sequência de um estudo que realizámos no seio do STAL com a intenção de projectarmos uma situação que, cada vez mais, vamos constatando na administração local e se prende com o stress, o assédio moral e o assédio sexual. São situações que se vão alastrando num âmbito muito amplo, em que os próprios presidentes de câmara instigam e isolam os trabalhadores pelo simples facto de serem sindicalistas. Com estes oradores, tentá-





mos demonstrar aqui que o STAL está atento a este tremendo fenómeno de stress e de assédio.

Constatámos aqui uma reclamação de assédio político perpetrado por autarquias, que são eleitas e devem obrigação à Constituição da República... Isto é possível no Portugal de Abril?

AA – Infelizmente, é possível... A título de exemplo, este seminário era aberto a todos os trabalhadores da administração local e houve duas câmaras municipais do distrito de Aveiro que tentaram impedir a sua participação. Falamos de uma formação que nem sequer é paga, uma vez que somos nós que assumimos os custos mas, mesmo assim, tentaram impedir a participação dos trabalhadores neste seminário... No Portugal de Abril, isto é possível porque temos presidentes de câmaras políticos que invejam os sindicalistas que defendem os trabalhadores e os confrontam com estas situações quotidianas.

O tema deste encontro prende-se com questões de saúde laboral que preocupam o STAL... Em que medida poderemos falar em precaridade na administração pública?

AA – Existe, principalmente, muita precaridade na administração local... Temos trabalhadores, como assistentes operacionais, que auferem o salário mínimo nacional, outros com contractos a recibos verdes e outros sob conceitos de trabalho temporário que não se orientam por regras de estabilização com o trabalhador, que levam as autarquias a recorrer a programas de trabalho, criando alta precaridade na administração pública. É uma questão sob a mira dos sindicatos, que está na concertação social, temos ouvido que existem movimentos no sentido de resolver os problemas dos trabalhadores a recibos verdes, CEIS e CEIS + nas autarquias e na administração pú-

blica e esperamos que, no mais curto prazo possível, o Governo trate com as centrais sindicais e legisle sobre esta política de precaridade.

Este seminário subordina-se ao consumo de substâncias psicoactivas. Em que medida integra esta temática a agenda de preocupações do dirigentes sindicais?

AA – É verdade que esta temática preocupa... E isto foi feito porque a administração local é um pólo de grande instabilidade de trabalho, em que entre os operadores de trabalho, hoje chamados assistentes técnicos, homens das obras, das estradas, das valas, etc., muitos abusam de substâncias como o álcool, como aqui foi falado. E, como coordenador do STAL Aveiro, tenho identificado ao longo deste mandato, pelo distrito fora, problemas relacionados com o abuso de álcool e de substâncias psicoactivas no seio destes trabalhadores. Alertámos para isso e convidámos muitos trabalhadores a estarem presentes neste seminário, também para os chamarmos à responsabilidade e os sensibilizarmos para a procura de ajuda. E da parte das autarquias terá que haver sensibilidade perante estes trabalhadores que, apesar de muito mal pagos e com contractos precários, alguns a part-time, dão o litro no seu dia-a-dia. Existem muitos exemplos disso na administração local e, se nos referirmos às juntas de freguesia então, é “extraordinário”, precisamente porque não existe regulamentação para isto. Por isso esperamos que a concertação social, muito urgentemente, avance para a legalização de toda esta gente no âmbito da administração local. No que concerne em particular à questão do álcool, habitualmente, as autarquias pensam que conseguem resolver os problemas dos trabalhadores pela mera imposição de regulamentos, esquecendo que esses regulamentos têm que ser aprovados pela Comissão Nacional de Dados e obrigam à existência de técnicos credenciados para realizarem testes aos trabalhadores. Tivemos exemplos gritantes em Aveiro, em que algumas câmaras impunham esses regulamentos e aplicavam processos disciplinares a trabalhadores e, depois de recorrermos aos tribunais, foi claramente dito aos autarcas que, em vez de condenarem esses trabalhadores, deviam tentar ajudá-los e recuperá-los. Felizmente, já temos conseguido que algumas câmaras deste distrito recuperem estes trabalhadores e refiro-me não só a trabalhadores como a técnicos superiores com adição ao álcool, que logo de manhã manifestavam estar alcoolizados... Este seminário serve exactamente esse propósito de sensibilização. Temos muitos técnicos de autarquias e chefes de gabinetes que procuram saber o que melhor poderão fazer para obterem uma melhor saúde mental nos seus serviços.

